

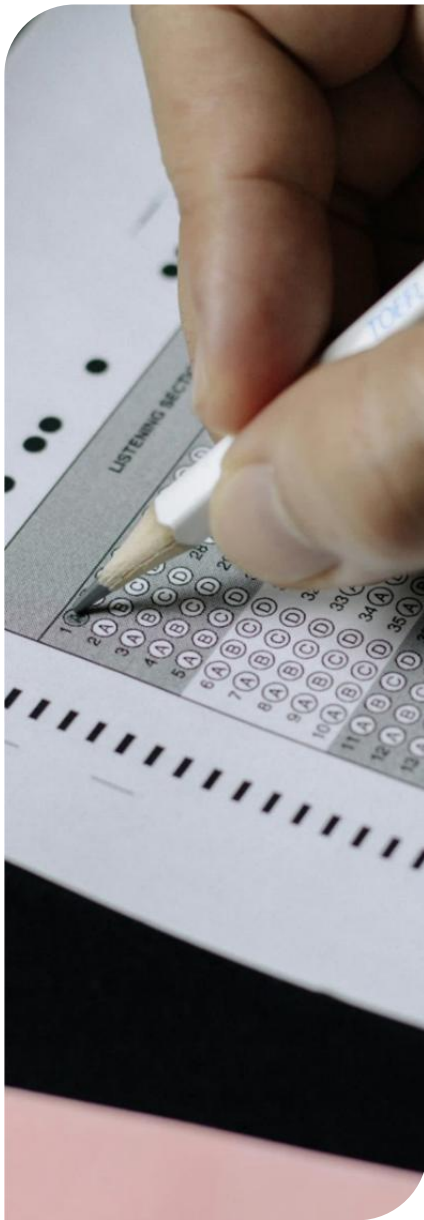
EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS EFETIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE BEZERROS (PE)

CÂMARA MUNICIPAL DE BEZERROS (PE)

ANALISTA CONTÁBIL

TARDE

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.



ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Respostas:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos:

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.



Este caderno foi feito para ser útil — e reciclado. Descarte corretamente e ajude o planeta.



Conhecimentos Gerais

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 3.

Psiquiatra explica diferença entre depressão e ansiedade

A linha entre sofrimento comum e doença mental nem sempre é clara, mas existem sinais importantes que podem ajudar a identificar quando é necessário buscar ajuda profissional. De acordo com o psiquiatra Daniel Martins de Barros, autor do livro "Sofrimento não é doença", nem todo sofrimento precisa ser medicado ou tratado clinicamente.

O especialista explica que a depressão vai muito além da tristeza comum. "Depressão é um conjunto de sintomas que às vezes inclui a tristeza, mas nem sempre. Às vezes a pessoa nem se sente triste, mas apresenta desânimo, falta de energia, irritação, sono ruim e apetite alterado", esclarece.

Um sinal importante de que o sofrimento ultrapassou o limite do normal é quando ele começa a prejudicar significativamente a vida da pessoa. Isso pode se manifestar no trabalho, nas relações familiares e na capacidade de realizar atividades cotidianas. Como destaca Barros, muitos pacientes relatam uma sensação de não se reconhecerem mais: "Uma vez uma pessoa me falou: doutor, eu não sou essa pessoa que eu estou".

Enquanto a depressão está mais relacionada ao humor e ao desânimo, a ansiedade se caracteriza pelo medo e preocupação constantes. A ansiedade generalizada, por exemplo, é um diagnóstico comum, mas muitas pessoas demoram para buscar tratamento por acreditarem que viver em estado permanente de alerta é normal.

Um dado alarmante revelado pelo especialista indica que cerca de 80% das pessoas com depressão no Brasil não recebem tratamento adequado, seja por falta de diagnóstico, acesso ou por não buscarem ajuda. Isso significa que muitas pessoas vivem com sofrimento que poderia ser tratado, sem saber que existe possibilidade de melhora.

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/psiquiatra-explica-diferenca-entre-depressao-e-ansiedade/>

Questão 01

O texto aborda a tênue fronteira entre o sofrimento comum e aquele que passa a comprometer o equilíbrio psicológico do indivíduo. Ao destacar a fala de um paciente que afirma não se reconhecer mais, o autor sugere uma transformação interna profunda, que interfere nas esferas mais diversas da vida. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que expressa o sentido principal do texto.

- (A) O texto sugere que o sofrimento torna-se preocupante quando provoca mudanças perceptíveis no comportamento e na percepção de si mesmo.

- (B) O texto defende que o trabalho e as relações familiares são as únicas áreas afetadas pelo sofrimento emocional intenso.
- (C) O texto indica que o sofrimento é parte natural da vida e não interfere significativamente na identidade pessoal.
- (D) O texto afirma que a perda de identidade é uma consequência inevitável de qualquer tipo de sofrimento.

Questão 02

No texto, o autor apresenta uma reflexão sobre os desafios contemporâneos relacionados à saúde mental, destacando tanto o desconhecimento dos sintomas quanto a falta de tratamento adequado. Essa abordagem evidencia não apenas a dimensão clínica, mas também social e cultural do problema. Considerando as ideias desenvolvidas, assinale a alternativa que expressa a crítica implícita no texto.

- (A) O texto denuncia a banalização do sofrimento emocional e o desconhecimento da população quanto à gravidade e à necessidade de tratamento das doenças mentais.
- (B) O texto defende que a depressão e a ansiedade são fenômenos inevitáveis da vida moderna e que devem ser enfrentados apenas com força de vontade.
- (C) O texto enfatiza que a ansiedade é uma condição natural do ser humano, sendo desnecessário o tratamento médico em grande parte dos casos.
- (D) O texto sugere que a falta de tratamento da depressão decorre exclusivamente da ausência de recursos financeiros para custear acompanhamento psicológico.

Questão 03

O texto apresenta reflexões do psiquiatra Daniel Martins de Barros sobre a diferença entre o sofrimento cotidiano e os transtornos mentais. Essa distinção, embora sutil, é essencial para evitar tanto o descuido diante de sintomas sérios quanto o excesso de medicalização de experiências humanas comuns. Considerando o que o texto sugere, analise as alternativas a seguir e identifique a interpretação adequada sobre a mensagem central do autor.

- (A) O texto sugere que sentimentos de desânimo e irritação são sempre sinais evidentes de uma doença mental em desenvolvimento.
- (B) O texto destaca que nem todo sofrimento deve ser entendido como doença, e que a depressão envolve múltiplos sintomas que ultrapassam a simples tristeza.
- (C) O texto aponta que a depressão é apenas uma forma intensa de tristeza, mas que pode se manifestar de maneira passageira.
- (D) O texto defende que qualquer forma de sofrimento emocional deve ser acompanhada por um psiquiatra para evitar o agravamento do quadro clínico.

Questão 04

As regras de concordância nominal no português podem variar conforme a posição do adjetivo, o valor semântico assumido por determinados termos e a existência ou não de elementos determinantes junto ao substantivo. Observe atentamente as situações descritas na Coluna A e relacione-as corretamente às respectivas aplicações apresentadas na Coluna B, considerando as normas gramaticais formais da língua portuguesa.

COLUNA A

A) *Adjetivos compostos*

B) *Palavras como anexo, próprio, junto quando possuem valor adjetivo*

C) *Termo só quando equivale a "sozinho"*

COLUNA B

I. *O termo flexiona-se em número, acompanhando o substantivo.*

II. *Apenas o último elemento sofre flexão.*

III. *A palavra varia em número.*

Assinale a alternativa que apresenta a associação **CORRETA**:

- (A) A-I, B-III, C-II.
- (B) A-II, B-I, C-III.
- (C) A-III, B-II, C-I.
- (D) A-II, B-III, C-I.

Questão 05

Na ortografia da língua portuguesa, os acentos gráficos cumprem não apenas a função de indicar a sílaba tônica, mas também a de sinalizar diferenças de timbre vocálico e, em certos casos, de sentido lexical. Considerando as regras que regem o uso do acento agudo (´) e do acento circunflexo (^), observe o trecho a seguir:

"O médico analisou o (I)___ do paciente e explicou que o (II)___ deveria ser tratado com cautela, já que o (III)___ estava comprometido."

Assinale a alternativa que apresenta a forma **CORRETAMENTE** acentuada e justificada segundo a norma culta de preencher as lacunas:

- (A) (I) avô – (II) câncer – (III) fígado.
- (B) (I) avó – (II) cancer – (III) fígado.
- (C) (I) avó – (II) câncer – (III) figado.
- (D) (I) avô – (II) câncer – (III) fígado.

Questão 06

Com base exclusivamente no Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições VERDADEIRAS.

I. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal

e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

II. O princípio da publicidade impõe o dever de transparência e acesso às informações de interesse coletivo.

III. A eficiência é princípio que se aplica somente à administração federal direta.

Assinale a alternativa constando as assertivas **CORRETAS**.

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Questão 07

Durante um curso de formação para servidores públicos, o instrutor explicou que a Constituição Federal define claramente a estrutura político administrativa do Estado brasileiro, destacando a autonomia dos entes federativos e os limites de sua atuação.

Com base exclusivamente nos artigos 18 e 19 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A organização político administrativa compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.
- (B) A União é o único ente com autonomia administrativa e financeira.
- (C) O Distrito Federal está sujeito à intervenção dos Estados.
- (D) As autarquias e fundações públicas integram a organização político administrativa da República.

Questão 08

Com base exclusivamente nos artigos 15 a 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), analise os itens a seguir e marque a sequência **CORRETA** (V para verdadeiro, F para falso).

(___) A criação ou ampliação de despesa obrigatória deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro.

(___) Não é necessário demonstrar a origem dos recursos para o custeio de nova despesa obrigatória.

(___) A geração de despesa deve estar compatível com a lei orçamentária anual e com o plano plurianual.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) F, V, V.
- (B) V, F, V.
- (C) V, F, F.
- (D) V, V, F.

Questão 09

Durante uma palestra sobre o processo legislativo, um consultor jurídico destacou o papel do Congresso Nacional e a estrutura do Poder Legislativo Federal.

Com base no disposto nos arts. 44 a 47 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) O Senado Federal representa o povo e a Câmara dos Deputados representa os Estados.
- (B) Cada legislatura tem duração de quatro anos.
- (C) O Poder Legislativo tem como uma de suas funções típicas a elaboração de leis.
- (D) O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Questão 10

Em uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, foi identificado que determinado ente federado ultrapassou os limites de despesa com pessoal. O órgão de controle questionou quais medidas deveriam ser adotadas para restabelecer o equilíbrio fiscal.

Sobre as sanções e medidas de controle previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa MAIS CORRETA.

- (A) O ente deve eliminar o excedente em até dois quadrimestres, adotando medidas como redução de cargos em comissão e exoneração de servidores não estáveis.
- (B) A única penalidade prevista é a suspensão do pagamento de novas despesas.
- (C) A LRF não prevê prazos nem medidas corretivas para excesso de despesa com pessoal.
- (D) O gestor pode manter o excesso de despesa com pessoal, desde que justifique a necessidade administrativa.

Conhecimentos Específicos

Questão 11

A mensuração de ativos após o reconhecimento envolve processos como a reavaliação e a redução ao valor recuperável (Impairment), que garantem que o ativo não esteja registrado por um valor superior ao seu potencial de serviço ou valor de mercado. Esses institutos, embora ambos tratem do valor do ativo, possuem naturezas e contabilizações distintas. Acerca desses dois institutos, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(___) A redução ao valor recuperável (impairment) é obrigatória ao final de cada exercício se houver indícios de perda, sendo a perda reconhecida como VPD quando o valor contábil supera o valor recuperável.

(___) O valor recuperável de um ativo que não gera caixa, para fins de teste de impairment, é definido como o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas de

venda e o seu valor em uso (potencial de serviços).

(___) O aumento de valor decorrente de reavaliação (saldo credor) de um ativo imobilizado deve ser registrado diretamente como Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) no resultado do exercício.

(___) A reavaliação é um procedimento facultativo que ajusta o ativo ao seu valor justo, enquanto o impairment é um procedimento obrigatório (na presença de indícios) que ajusta o ativo ao seu valor recuperável.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, F, V, F.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, F, F, V.

Questão 12

O reconhecimento contábil da perda de potencial de serviços ou benefícios econômicos de ativos ao longo do tempo é um componente essencial do regime de competência, sendo realizado pela depreciação, amortização ou exaustão, conforme a natureza do ativo. Analise as afirmativas sobre esses conceitos.

I. A depreciação aplica-se a ativos imobilizados tangíveis, a amortização a ativos intangíveis com vida útil definida, e a exaustão ao esgotamento de recursos naturais exploráveis.

II. Bens de uso comum, como praças e monumentos, não estão sujeitos à depreciação, pois seu valor é cultural e seu potencial de serviço é indeterminado, sendo mantidos pelo custo histórico indefinidamente.

III. O método de depreciação utilizado deve refletir o padrão de consumo esperado do potencial de serviços do ativo, sendo o método linear o único aceito no setor público por sua objetividade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas
- (B) I, II e III
- (C) I apenas
- (D) I e II apenas

Questão 13

O reconhecimento de bens como Ativo Imobilizado no setor público segue critérios específicos estabelecidos nas normas (NBC TSP 07) e no MCASP, visando garantir que apenas itens relevantes e que gerem potencial de serviços futuros sejam capitalizados. Analise as afirmativas sobre o reconhecimento e mensuração do imobilizado.

I. Um bem deve ser reconhecido como ativo imobilizado se, e somente se, for provável que seus futuros benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado.

II. É facultado às entidades do setor público estabelecer um valor mínimo de capitalização (valor de corte) para o reconhecimento de bens; itens abaixo desse valor são reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) do período.

III. Bens de infraestrutura, como estradas e redes de esgoto, por serem bens de uso comum, não são passíveis de reconhecimento como ativo imobilizado, devendo seus custos ser registrados diretamente como VPD.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III
- (B) I e III apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I e II apenas

Questão 14

O patrimônio público é o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e sua composição é estruturada de forma a evidenciar a situação líquida da entidade, sendo composta por Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido. A correta classificação desses elementos é fundamental para a análise da gestão. Acerca da composição do patrimônio público, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() O Patrimônio Líquido (ou Situação Líquida Patrimonial) representa o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

() Ativos são definidos exclusivamente como recursos financeiros controlados pela entidade, dos quais se espera que fluam benefícios econômicos futuros.

() Passivos Contingentes são obrigações presentes derivadas de eventos passados, cuja liquidação é provável, mas com prazo ou valor incertos, devendo ser registrados no passivo.

() O Superávit Financeiro, apurado no Balanço Financeiro, é o único componente do Patrimônio Líquido nas entidades públicas.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, F, F, F.
- (C) V, V, V, V.
- (D) F, F, F, V.

Questão 15

A execução da despesa pública orçamentária segue uma sequência de estágios legais, visando o controle e a correta aplicação dos recursos, conforme estabelecido na Lei nº 4.320/1964. O cumprimento desses estágios é mandatário. Analise as afirmativas sobre os estágios da despesa orçamentária.

I. Os três estágios da despesa pública são: Empenho,

Liquidação e Pagamento.

II. A liquidação é o estágio que cria para o Estado a obrigação de pagamento, verificando o direito adquirido pelo credor com base nos documentos comprobatórios.

III. O empenho é o ato emanado de autoridade competente que antecede a liquidação, servindo apenas para reservar o crédito orçamentário, não criando obrigação para o Estado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III
- (B) I e III apenas
- (C) I e II apenas
- (D) II e III apenas

Questão 16

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público exige uma distinção clara entre o enfoque patrimonial e o enfoque orçamentário. O enfoque patrimonial, baseado no regime de competência, foca no fato gerador que impacta a situação líquida, por meio das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD). O enfoque orçamentário foca na execução da Lei Orçamentária Anual. Considere que uma prefeitura efetuou o lançamento do IPTU (fato gerador do tributo) em dezembro de X1, referente à competência de X2. No mesmo mês (X1), recebeu materiais de consumo em seu almoxarifado, cuja fatura seria paga apenas em X2. Sobre o reconhecimento desses eventos sob o enfoque estritamente patrimonial, assinale a alternativa correta.

- (A) A VPA do IPTU é reconhecida em X1 (no lançamento), mas a VPD referente ao material de consumo só será reconhecida quando o material for efetivamente utilizado pela entidade, não havendo registro no recebimento.
- (B) A VPA referente ao IPTU deve ser reconhecida em X1, no momento do lançamento (fato gerador), e a obrigação referente aos materiais deve ser reconhecida no passivo em X1, no recebimento do bem, independentemente da arrecadação ou pagamento.
- (C) A VPA do IPTU só deve ser reconhecida em X2, pois o tributo se refere a esse exercício, e a despesa com material só deve ser reconhecida em X2, no momento do pagamento, alinhando-se ao regime de caixa.
- (D) Tanto a VPA do IPTU quanto a VPD do material só podem ser reconhecidas em X2, pois o enfoque patrimonial deve obedecer ao princípio da anualidade orçamentária para apuração do resultado.

Questão 17

A dinâmica patrimonial no setor público é registrada por meio das variações patrimoniais, as quais podem alterar ou não a situação líquida da entidade, sendo classificadas como quantitativas (aumentativas ou diminutivas) ou qualitativas (permutativas). Assim,

analise as afirmativas a seguir.

I. O recebimento de uma doação em dinheiro é classificado como uma variação patrimonial quantitativa aumentativa (VPA), pois incrementa o ativo (caixa) e, simultaneamente, aumenta a Situação Líquida Patrimonial.

II. O reconhecimento da depreciação mensal de um edifício administrativo é uma variação patrimonial quantitativa diminutiva (VPD), pois reduz o valor do ativo imobilizado e, em contrapartida, diminui a Situação Líquida Patrimonial.

III. A aquisição de um computador para uso da entidade, com pagamento à prazo, constitui uma variação patrimonial qualitativa, pois há uma permuta entre elementos do ativo (imobilizado) e do passivo (fornecedores) sem alterar o Patrimônio Líquido no momento da aquisição.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas
- (B) II e III apenas
- (C) I apenas
- (D) I, II e III

Questão 18

A mensuração de passivos no setor público deve refletir adequadamente as obrigações da entidade. Diferentes tipos de passivos exigem diferentes bases de mensuração, tanto no reconhecimento inicial quanto subsequentemente, para garantir que as demonstrações contábeis sejam fidedignas. Um município contrai um empréstimo de longo prazo junto a uma instituição financeira, com incidência de juros compostos, e, simultaneamente, identifica que possui uma obrigação legal de recuperar uma área ambiental degradada, sendo provável o desembolso e possível estimar o valor. Sobre a mensuração subsequente desses passivos, assinale a alternativa correta.

- (A) O empréstimo (passivo financeiro) deve ser mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, reconhecendo os juros pela competência, enquanto a obrigação ambiental (provisão) deve ser mensurada pela melhor estimativa do desembolso necessário para liquidá-la.
- (B) O empréstimo deve ser mensurado pelo custo amortizado, mas a obrigação ambiental, por ter valor apenas estimado, deve ser registrada como Passivo Contingente e divulgada em notas explicativas, sem afetar o balanço patrimonial.
- (C) Ambos os passivos, empréstimo e provisão, devem ser mantidos pelo seu valor nominal original até a data da liquidação, pois o setor público veda a apropriação de juros (custo amortizado) em passivos.
- (D) A provisão ambiental deve ser mensurada pelo seu valor justo, e o empréstimo deve ser mensurado pelo seu valor presente, descontando-se os juros que ainda serão pagos.

Questão 19

Ao final do exercício financeiro, a execução orçamentária gera os chamados Restos a Pagar (RAP), que representam obrigações assumidas pelo ente público, mas ainda não pagas. A Lei nº 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) disciplinam o tratamento desses saldos. A correta classificação dos restos é essencial para a apuração dos resultados e o controle financeiro. Acerca dos Restos a Pagar, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() Consideram-se Restos a Pagar processados as despesas que passaram pelos estágios de empenho e liquidação, estando prontas para o pagamento, mas ainda não pagas.

() Restos a Pagar não processados referem-se a despesas que foram empenhadas, mas cuja liquidação (verificação do direito do credor) ainda não ocorreu até 31 de dezembro.

() A inscrição de Restos a Pagar não processados afeta o resultado orçamentário do exercício em que foram inscritos, pois a despesa já foi considerada executada no estágio do empenho.

() A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) veda a inscrição de Restos a Pagar processados, permitindo apenas a inscrição de não processados que possuam garantia contratual.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, F
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, V, V, F.

Questão 20

O regime contábil adotado no setor público brasileiro define o momento em que as transações e eventos são reconhecidos e registrados. Há uma distinção histórica e normativa crucial entre o tratamento patrimonial (foco no PL) e o tratamento orçamentário (foco na LOA). Analise as afirmativas sobre o regime contábil.

I. Para fins patrimoniais, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), alinhada às normas internacionais, adota o regime de competência integral, reconhecendo VPA e VPD no momento do seu fato gerador.

II. Para fins orçamentários, a Lei nº 4.320/1964 estabelece um regime misto: a receita orçamentária é reconhecida pelo regime de caixa (na arrecadação) e a despesa orçamentária pelo regime de competência (no empenho).

III. O reconhecimento de uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), como a depreciação, afeta o resultado patrimonial, mas não representa, necessariamente, uma execução orçamentária (despesa orçamentária).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas
- (B) I, II e III
- (C) II e III apenas
- (D) I e III apenas

Questão 21

A distinção entre Provisões e Passivos Contingentes é fundamental na contabilidade pública, pois impacta diretamente o reconhecimento de obrigações no balanço patrimonial. O tratamento contábil difere substancialmente entre eles, afetando o resultado patrimonial e a transparência das contas públicas. Acerca desse tema, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() Uma provisão é reconhecida no passivo quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável a saída de recursos e o valor pode ser estimado com confiabilidade.

() Um passivo contingente refere-se a uma obrigação classificada como possível" (e não provável), não sendo reconhecido no passivo, mas sim divulgado em notas explicativas.

() Se uma entidade tem uma obrigação presente e provável, mas o valor não pode ser estimado com mínima confiabilidade, ela deve reconhecer uma provisão pelo valor mínimo da causa.

() Ativos contingentes que representam uma entrada "praticamente certa" de recursos devem ser reconhecidos no ativo, pois já não são considerados contingentes.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, F, V, F.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, F, F, V.

Questão 22

A mensuração de ativos no setor público é um processo complexo que visa refletir adequadamente o patrimônio e o potencial de serviços dos bens e direitos controlados pela entidade. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP) preveem diversas bases de mensuração. Sobre as bases de mensuração de ativos, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() O custo histórico é uma das bases de mensuração e compreende o valor pago ou a pagar, ou o valor justo das contraprestações dadas para adquirir o ativo na data da sua aquisição.

() Valor em uso, para entidades do setor público, é prioritariamente o valor presente do potencial de serviços futuros de um ativo, quando este não é mantido para gerar fluxos de caixa.

() O valor justo é o preço que seria pago na

transferência de um passivo, não sendo aplicável à mensuração de ativos no setor público.

() Na mensuração inicial, ativos adquiridos por meio de transações sem contraprestação (como doações) devem ser mensurados, regra geral, pelo seu valor justo na data da aquisição.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, F, V, F.
- (D) F, V, F, V.

Questão 23

A gestão de ativos intangíveis, como licenças de software, direitos autorais e marcas, tornou-se relevante no setor público. O reconhecimento desses ativos, conforme a NBC TSP 08, exige critérios rigorosos para evitar distorções no balanço patrimonial, especialmente para ativos gerados internamente. Uma entidade pública investiu recursos significativos no desenvolvimento interno de um novo sistema de gestão de processos. A fase de pesquisa já foi concluída e registrada como VPD. A entidade agora está na fase de desenvolvimento, conseguindo demonstrar a viabilidade técnica, a intenção de concluir e a capacidade de usar o sistema, que gerará potencial de serviços. Sobre o tratamento contábil desses gastos, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os gastos com a fase de pesquisa podem ser capitalizados como ativo intangível, enquanto os gastos da fase de desenvolvimento devem ser registrados como VPD, por serem de manutenção.
- (B) Os gastos incorridos na fase de desenvolvimento do software podem ser capitalizados como ativo intangível, desde que a entidade demonstre, entre outros critérios, a intenção e a capacidade de concluir e usar o ativo para gerar potencial de serviços futuros.
- (C) O goodwill gerado internamente pela equipe de desenvolvimento do sistema deve ser mensurado e reconhecido como o principal componente do ativo intangível nesse caso, somado aos custos diretos.
- (D) Softwares desenvolvidos internamente nunca podem ser reconhecidos como ativo intangível, devendo todos os gastos, tanto da fase de pesquisa quanto da de desenvolvimento, ser lançados como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no período.

Questão 24

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) passou por profundas transformações conceituais nos últimos anos, buscando o alinhamento aos padrões internacionais (IPSAS) e focando na transparência e na geração de informações úteis para a tomada de decisão e accountability. Esse movimento modernizou a gestão patrimonial, distinguindo-a do tradicional controle

orçamentário focado na Lei 4.320/64. No contexto da estrutura conceitual e das normas vigentes, a CASP possui um objeto claro e um campo de aplicação que define sua abrangência. Sobre esses fundamentos conceituais, assinale a alternativa correta.

- (A) O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público, compreendido como o conjunto de ativos, passivos e a situação líquida (patrimônio líquido) das entidades do setor.
- (B) O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público restringe-se às entidades da administração direta, autarquias e fundações, excluindo as empresas estatais dependentes por possuírem regime jurídico próprio.
- (C) O objeto primordial da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o orçamento e sua fiel execução, sendo o registro dos bens, direitos e obrigações uma função secundária de controle.
- (D) O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange exclusivamente os entes que executam o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, excluindo aqueles do Orçamento de Investimento.

Questão 25

A receita pública orçamentária representa os ingressos de recursos que o ente público arrecada para financiar seus gastos, seguindo também estágios específicos para seu controle, conforme a Lei nº 4.320/64. A classificação da receita é vital para a análise orçamentária. Uma entidade pública arrecadou R\$ 500.000,00 referentes a impostos (como ICMS ou IPTU) e R\$ 80.000,00 referentes a uma operação de crédito (empréstimo) de longo prazo. Sobre os estágios e a classificação dessas receitas, assinale a alternativa correta.

- (A) O imposto é uma Receita de Capital, por ser a principal fonte de recurso, e a operação de crédito é uma Receita Corrente Patrimonial; ambos representam o estágio da Previsão.
- (B) Ambos os ingressos (imposto e operação de crédito) são classificados como Receitas Correntes, pois ingressaram no caixa da entidade, e representam o estágio do Recolhimento.
- (C) O imposto é classificado como Receita Corrente Tributária, e a operação de crédito é classificada como Receita de Capital; ambos os valores representam o estágio da Arrecadação.
- (D) O imposto é uma Receita Corrente, e a operação de crédito é uma Receita Corrente de Serviços, pois financia o custeio da máquina pública; ambos representam o estágio do Lançamento.

Questão 26

A Lei nº 4.320/64 estabelece normas gerais de Direito Financeiro e consagra princípios orçamentários fundamentais para a gestão dos recursos públicos. Um desses princípios determina que o orçamento deve

abranger todas as receitas e despesas da entidade, evidenciando a política econômico-financeira do governo. Em relação aos princípios orçamentários estabelecidos por esta lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da anualidade determina que todas as receitas e despesas devem constar na lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (B) O princípio da unidade estabelece que a Lei de Orçamento deve ser uma, abrangendo todas as receitas e despesas dos Poderes, órgãos e fundos, obedecendo a uma só política orçamentária e estruturação.
- (C) O princípio da unidade exige que o exercício financeiro coincida com o ano-calendário, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro.
- (D) O princípio da universalidade veda que a Lei Orçamentária contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, salvo autorização para créditos suplementares.

Questão 27

A gestão orçamentária é pautada pelo princípio da anualidade, que delimita temporalmente a validade das autorizações de gasto. A Lei nº 4.320/64 define claramente o período de vigência do orçamento e a apropriação das receitas e despesas. Sobre o exercício financeiro conforme esta lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, e pertencem a ele as receitas nele previstas e as despesas nele liquidadas.
- (B) O exercício financeiro pode ter duração diversa do ano civil, desde que fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Os créditos suplementares autorizados nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício seguinte, vigorando até 31 de dezembro.
- (D) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, e pertencem a ele as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Questão 28

Ao final do exercício, a contabilidade pública deve apurar os resultados da gestão. A Lei nº 4.320/64 define a estrutura do demonstrativo que confronta a previsão e a execução das receitas e despesas. Sobre a apuração do resultado orçamentário conforme o Balanço Orçamentário, assinale a alternativa correta.

- (A) O resultado orçamentário é apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas efetivamente pagas no exercício.
- (B) O resultado orçamentário é evidenciado no Balanço Financeiro, que confronta os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários.

- (C) O Balanço Orçamentário demonstrará o resultado financeiro do exercício, que corresponde ao superávit de caixa apurado em 31 de dezembro.
- (D) O Balanço Orçamentário demonstrará o resultado orçamentário do exercício, apurado pelo confronto entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas no período.

Questão 29

Um analista contábil da prefeitura está revisando a classificação das receitas arrecadadas. Ele observa o ingresso de R\$ 500.000,00 referentes à alienação de um terreno público e R\$ 200.000,00 de uma operação de crédito (empréstimo) de curto prazo. A correta classificação desses ingressos é vital para a apuração dos balanços, conforme a Lei nº 4.320/64.

Acerca da classificação das receitas públicas segundo a Lei nº 4.320/64, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() As operações de crédito, mesmo que com prazo de resgate inferior a doze meses, são classificadas como Receitas Correntes.

() A receita proveniente da alienação de bens móveis ou imóveis é classificada como Receita Corrente, subcategoria Receita Patrimonial.

() As receitas tributárias, patrimoniais, industriais e de serviços são classificadas como Receitas de Capital, pois representam os principais ingressos do ente.

() As Receitas de Capital incluem, entre outras, as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas (operações de crédito) e da alienação de bens. Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V.
(B) F, F, F, V.
(C) V, F, V, F.
(D) V, V, V, F.

Questão 30

A Lei nº 4.320/64 estabelece mecanismos de fiscalização e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Esses controles são exercidos tanto internamente, pela própria administração, quanto externamente, pelo Poder Legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. O controle da execução orçamentária pelo Poder Legislativo terá por objetivo verificar a probidade da administração e o cumprimento da Lei de Orçamento.

II. O controle interno, exercido pelo Poder Executivo, se restringe à verificação do cumprimento do programa de trabalho, não abrangendo a legalidade dos atos.

III. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária, fidelidade funcional dos agentes e

cumprimento dos programas de trabalho compete ao controle externo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
(B) I e II apenas.
(C) II e III apenas.
(D) I, II e III.

Questão 31

A Lei nº 4.320/64 exige que as entidades públicas elaborem demonstrações contábeis específicas ao final do exercício financeiro para evidenciar a situação patrimonial, financeira e orçamentária. Cada balanço possui uma finalidade distinta e obrigatória.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, evidenciando o resultado orçamentário.

II. O Balanço Financeiro demonstrará o ativo e o passivo financeiro, bem como o saldo patrimonial, apurando o Ativo Real Líquido.

III. O Balanço Patrimonial demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
(B) I e II apenas.
(C) I, II e III.
(D) I apenas.

Questão 32

Uma prefeitura foi atingida por fortes chuvas que causaram inundações, exigindo gastos imediatos com alojamento de desabrigados e reconstrução de pontes. O prefeito precisa de autorização para realizar essas despesas, que não estavam previstas de forma específica ou suficiente no orçamento vigente. Para lidar com essa situação, a Lei nº 4.320/64 prevê mecanismos de alteração orçamentária. Sobre os créditos adicionais, conforme a Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa correta.

- (A) Os créditos suplementares são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na Lei de Orçamento.
- (B) Os créditos extraordinários são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, como em caso de calamidade pública, sendo abertos por decreto do Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- (C) Os créditos especiais são destinados a reforçar dotações orçamentárias já existentes, mas que se mostraram insuficientes durante a execução.

(D) Os créditos extraordinários, por sua natureza urgente, dependem de autorização prévia e específica do Poder Legislativo antes da ocorrência do fato.

Questão 33

O setor de contabilidade de um Estado está consolidando o Balanço Patrimonial. É necessário diferenciar corretamente os compromissos de curto prazo, como operações de ARO (Antecipação de Receita Orçamentária), daqueles de longo prazo, como contratos de financiamento para construção de uma hidrelétrica. A Lei nº 4.320/64 estabelece critérios claros para essa distinção.

Acerca da Dívida Flutuante e Dívida Fundada, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() A Dívida Fundada compreende os compromissos com exigibilidade inferior a doze meses, como os Restos a Pagar.

() As operações de crédito por antecipação de receita (ARO), por serem empréstimos, integram a Dívida Fundada.

() A Dívida Flutuante compreende os depósitos de terceiros e os serviços da dívida a pagar, excluindo os Restos a Pagar.

() A Dívida Flutuante compreende os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e as operações de crédito por antecipação de receita.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) F, F, F, V.

Questão 34

A execução da despesa orçamentária, segundo a Lei nº 4.320/64, segue um rito processual composto por três estágios distintos e obrigatórios, que garantem o controle sobre o gasto público. A correta observância desses estágios é fundamental para a regularidade da gestão financeira.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

II. A liquidação da despesa consiste na ordem de pagamento expedida pela autoridade competente após a verificação do direito adquirido pelo credor.

III. A liquidação tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 35

Ao final do exercício financeiro, o departamento de contabilidade realiza o levantamento das obrigações pendentes. A correta inscrição em Restos a Pagar é crucial para a apuração do resultado e para a execução orçamentária do exercício seguinte, conforme a Lei nº 4.320/64.

Acerca dos Restos a Pagar, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() As despesas empenhadas e liquidadas, mas cujo pagamento ocorrerá no exercício seguinte, são classificadas como Restos a Pagar Não Processados.

() A Lei nº 4.320/64 veda expressamente a inscrição de despesas em Restos a Pagar caso a liquidação ainda não tenha ocorrido até 31 de dezembro.

() Os Restos a Pagar, sejam processados ou não processados, não afetam o resultado orçamentário do exercício em que foram empenhados.

() Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se em escrituração as processadas (liquidadas) das não processadas.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, F, F, V.
- (D) F, V, V, F.

Questão 36

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelece critérios rigorosos para o reconhecimento de passivos, alinhando-se às normas internacionais. A correta distinção entre provisões e passivos contingentes é crucial para a fidedignidade das demonstrações contábeis. Considerando a NBC TSP 03, recepcionada pelo MCASP, assinale a alternativa que define corretamente o tratamento contábil exigido.

- (A) O reconhecimento de uma provisão exige que a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, cuja saída de recursos seja provável e o valor possa ser estimado com confiabilidade.
- (B) Um passivo contingente deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a saída de recursos for apenas possível, e não provável, desde que seu valor possa ser estimado com confiabilidade.

- (C) Tanto provisões quanto passivos contingentes devem ser divulgados em notas explicativas, sendo vedado o reconhecimento patrimonial de ambos, pois representam apenas saídas prováveis de recursos.
- (D) As provisões são reconhecidas para obrigações possíveis que dependem de eventos futuros incertos, enquanto os passivos contingentes referem-se a obrigações presentes cuja estimativa é remota.

Questão 37

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), conforme o MCASP. Elas fornecem informações adicionais, descritivas ou detalhadas, que não são apresentadas no corpo principal das demonstrações, mas são relevantes para a compreensão fidedigna da situação patrimonial e dos resultados.

Acerca do conteúdo e da obrigatoriedade das Notas Explicativas, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() A divulgação das políticas contábeis adotadas é facultativa, desde que a entidade siga integralmente os Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) do MCASP.

() As Notas Explicativas devem se limitar a detalhar os saldos das contas orçamentárias (Receita e Despesa), sendo vedada a inclusão de informações patrimoniais, que são exclusivas do Balanço Patrimonial.

() Informações sobre passivos contingentes (obrigações possíveis) devem ser reconhecidas obrigatoriamente no Balanço Patrimonial e, adicionalmente, detalhadas em Notas Explicativas.

() As Notas Explicativas devem, entre outras informações, apresentar um resumo das políticas contábeis significativas aplicadas, a declaração de conformidade com as NBC TSP e o MCASP, e informações sobre a entidade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
(B) F, V, V, F.
(C) V, V, F, F.
(D) F, F, F, V.

Questão 38

O Balanço Financeiro (BF) é uma das demonstrações contábeis exigidas pelo MCASP e evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa e equivalentes de caixa do exercício anterior e do exercício atual. As edições recentes do MCASP trouxeram refinamentos à estrutura desta demonstração, visando melhor evidenciar o fluxo financeiro.

Acerca da estrutura e dos componentes do Balanço Financeiro conforme o MCASP vigente, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() O resultado financeiro do exercício apurado no Balanço Financeiro (diferença entre ingressos e dispêndios) é idêntico ao Superávit ou Déficit Financeiro evidenciado no Balanço Patrimonial.

() As despesas orçamentárias são apresentadas no BF exclusivamente pelo valor empenhado no exercício, e as receitas orçamentárias pelo valor lançado, refletindo o regime de competência orçamentário.

() A coluna "Saldos do Exercício Anterior" no Balanço Financeiro deve ser ajustada para refletir apenas os recursos ordinários (não vinculados), excluindo-se as fontes destinadas.

() A estrutura da demonstração evidencia os ingressos (orçamentários e extraorçamentários) e os dispêndios (orçamentários e extraorçamentários), sendo os saldos de depósitos em caução classificados como ingressos e dispêndios extraorçamentários.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
(B) F, V, F, V.
(C) V, V, V, F.
(D) F, F, F, V.

Questão 39

A classificação da receita orçamentária por natureza é um instrumento fundamental para a análise e transparência da arrecadação, estruturada por Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea e Subalínea. O MCASP detalha o correto registro dos ingressos. Com base nessa estrutura, assinale a alternativa correta.

- (A) As "Operações de Crédito", por representarem ingressos financeiros para cobrir déficits orçamentários, são classificadas como Receitas Correntes na origem "Outras Receitas Correntes".
- (B) A "Amortização de Empréstimos" (recebimento de parcelas de financiamentos concedidos) é classificada como Receita Corrente, pois se refere a um direito financeiro de curto prazo da entidade.
- (C) O recebimento de royalties pela exploração de recursos naturais (ex: petróleo) é classificado como Receita de Capital, na origem "Alienação de Bens Intangíveis", por se tratar de esgotamento de um recurso.
- (D) As receitas tributárias (impostos, taxas e contribuições de melhoria) e as receitas de contribuições (sociais, econômicas) são agrupadas na mesma Categoria Econômica (Receitas Correntes), mas em Origens distintas.

Questão 40

A adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) pelo setor público, conforme orientado pelo MCASP, exige que os ativos sejam mensurados e avaliados de forma a refletir seu potencial de serviços. A depreciação, a reavaliação e a redução ao valor recuperável (impairment) são ajustes fundamentais nesse processo.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. A redução ao valor recuperável (impairment) deve ser testada quando houver indicação de que um ativo possa ter desvalorizado, e a perda reconhecida (diferença entre valor contábil e valor recuperável) deve ser registrada imediatamente no resultado do período como uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).

II. A reavaliação de ativos é vedada no setor público, devendo todos os ativos permanecer registrados ao custo histórico corrigido, conforme princípio da prudência estabelecido no MCASP, para evitar superestimação do patrimônio.

III. A depreciação de um ativo não cessa quando ele se torna ocioso ou é retirado temporariamente de uso, a menos que o ativo esteja totalmente depreciado ou classificado como mantido para venda.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) II apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

RASCUNHO - NÃO DESTAQUE